



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ORLÂNDIA - 0146

[2501 a 3000 processos]

Aos 25 dias do mês de outubro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 14/2018, divulgado em 13/7/2018 no DEJT (Edição 2517/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 301). Presentes a Juiz Titular RODRIGO PENHA MACHADO, a Juíza Substituta Auxiliar Fixa MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	MORRO AGUDO, NUPORANGA, SALES OLIVEIRA, ORLANDIA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	27/10/2005
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	11/09/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	7 %
Acervo PJe/Acervo Total:	93 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RODRIGO PENHA MACHADO	07/08/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/08/2017 a 01/10/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
02/10/2017 a 16/10/2017	FERIAS
26/06/2018 a 13/07/2018	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
16/07/2018 a 14/08/2018	FERIAS
15/10/2018 a 19/10/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2017 a 17/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BIANCA CABRAL DORICCI	20/11/2017 a 19/12/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LUIZA HELENA ROSON	11/04/2018 a 01/05/2018
LUIZA HELENA ROSON	02/05/2018 a 02/05/2018
LUIZA HELENA ROSON	03/05/2018 a 13/05/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
14/04/2018 a 14/04/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/04/2018 a 15/04/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	07/01/2017 a 19/12/2017
MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	08/01/2018 a 07/11/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS
11/04/2018 a 10/05/2018	FERIAS
02/06/2018 a 02/06/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/08/2018 a 13/09/2018	FERIAS
22/09/2018 a 22/09/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
MILA MALUCELLI ARAUJO	21/08/2017 a 19/09/2017
MILA MALUCELLI ARAUJO	27/06/2018 a 09/07/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
03/09/2017 a 03/09/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2017 a 17/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	20/09/2017 a 29/10/2017
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	30/10/2017 a 08/11/2017
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	09/11/2017 a 12/11/2017
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	13/11/2017 a 15/11/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
23/09/2017 a 23/09/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	10/07/2018 a 15/07/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALDIMAR DE AGUIAR	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	10/02/2006
ANGELICA ZANON SILVA MARTINS	AJ-OJA	-	18/11/2013
CLAYTON DE ANDRADE FERNANDES	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	21/10/2013
DANIELA BOLOGNESI BOMBIG BARBOSA	AJ-OJA	-	27/10/2005
LEANDRO CRISTINO ALVES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/03/2017
MARIA TEREZA PANTALEO LEONARDI	REQ	FC-01 EXECUTANTE	18/02/2008
OTACIR DE PAULA MALTA	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/05/2010
RAFAEL VALINI DA COL	TJA	FC-02 ASSISTENTE	18/12/2017
REINALDO REALINO JUNIOR	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	18/02/2008
RODRIGO BERTONI DO NASCIMENTO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	02/02/2015
VICTOR CADEO PERES ROLA	ND	FC-01 EXECUTANTE	17/03/2017
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA CASAMENTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	11
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	22
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	222



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA FLAVIA ALVES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
GABRIELE FERREIRA BEIRIGO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
LARISSA MOREIRA PAJOLLA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/09/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
BIANCA CABRAL DORICCI	15
MARIA TERESA DE OLIVEIRA SANTOS	17
OTAVIO LUCAS DE ARAUJO RANGEL	15
PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	11
RODRIGO PENHA MACHADO	25

SERVIDORES	HORAS
ALDIMAR DE AGUIAR	29
ANGELICA ZANON SILVA MARTINS	30
CLAYTON DE ANDRADE FERNANDES	85
DANIELA BOLOGNESI BOMBIG BARBOSA	57
LEANDRO CRISTINO ALVES	14
MARIA TEREZA PANTALEO LEONARDI	14
OTACIR DE PAULA MALTA	44
RAFAEL VALINI DA COL	801
REINALDO REALINO JUNIOR	14
RODRIGO BERTONI DO NASCIMENTO	14
VICTOR CADEO PERES ROLA	44



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	204	1.085	---
	Aguardando encerramento da instrução	236	895	---
	Aguardando prolação de sentença	51	173	---
	Aguardando cumprimento de acordo	239	435	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.549	1.613	---
	Pendentes de finalização	2.279	4.202	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	23	225	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	491	624	---
	Pendentes de finalização	514	849	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	441	1.382	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	74	112	---
	Pendentes de finalização	515	1.494	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	5	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	50	13	---
TOTAL		3.358	6.564	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	586	1.602	---
	Aguardando encerramento da instrução	396	1.061	---
	Aguardando prolação de sentença	37	163	---
	Aguardando cumprimento de acordo	468	420	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.734	1.718	---
	Pendentes de finalização	3.221	4.963	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	251	493	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	240	284	---
	Pendentes de finalização	491	777	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	409	1.248	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	35	153	---
	Pendentes de finalização	444	1.401	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	83	---
TOTAL		4.159	7.224	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	269	293	25
Exceções de Incompetência	160	123	15
Antecipações de Tutela	91	91	5
Impugnações à Sentença de Liquidação	27	18	12
Embargos à Execução	78	59	32
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	2	2	2
TOTAIS	628	586	92

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	203	189	37
Exceções de Incompetência	152	86	30
Antecipações de Tutela	83	72	15
Impugnações à Sentença de Liquidação	12	11	5
Embargos à Execução	59	60	14
Embargos à Arrematação	1	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	4	2
TOTAIS	514	423	103



6 - RECURSOS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.161	1.141	86
Recurso Adesivo	155	157	7
Agravo de petição	78	60	21
Agravo de Instrumento	17	0	6
TOTAIS	1.411	1.358	120

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.033	1.017	92
Recurso Adesivo	175	168	22
Agravo de petição	67	63	7
Agravo de Instrumento	12	7	6
TOTAIS	1.287	1.255	127



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	605	108	221	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.645	172	418	---
Total / Média	2.250	155	368	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	574	118	227	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.564	184	435	---
Total / Média	2.138	166	382	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	285	18	21	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	951	29	36	---
Total / Média	1.236	26	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	84	142	247	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	863	139	258	---
Total / Média	947	139	256	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	153	1.063	1.833	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	19	627	1.203	---
Total / Média	172	1.015	1.785	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	441	180	222	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.948	204	386	---
Total / Média	2.389	200	342	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	416	130	226	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.879	197	392	---
Total / Média	2.295	185	346	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	113	16	27	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	951	22	42	---
Total / Média	1.064	21	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	82	113	232	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	447	139	240	---
Total / Média	529	135	238	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	236	447	1.710	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	7	247	1.104	---
Total / Média	243	442	1.647	---

*Do início até a extinção da execução

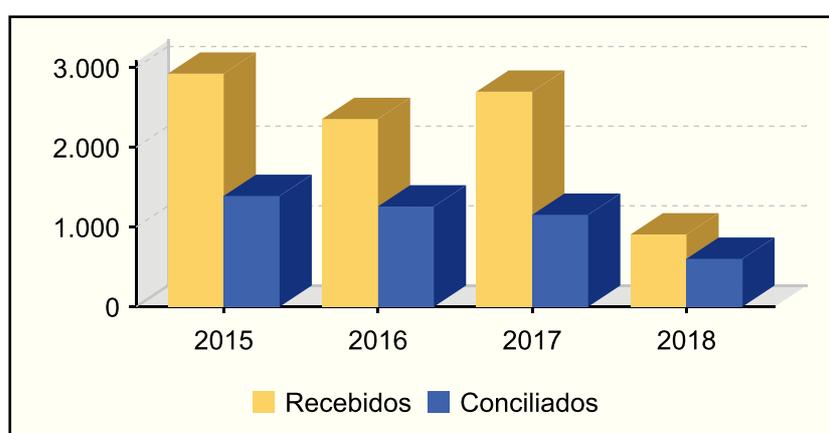


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

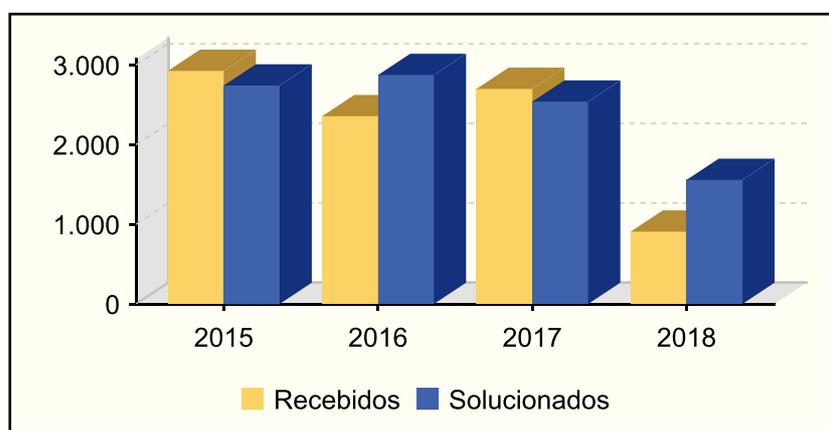
8.1 - Índice de conciliações [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.926	1.391	47,54
2016	2.357	1.259	53,42
2017	2.700	1.154	42,74
2018	908	602	66,30



8.2 - Índice de soluções [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.926	2.742	93,71
2016	2.357	2.874	121,93
2017	2.700	2.540	94,07
2018	908	1.557	171,48



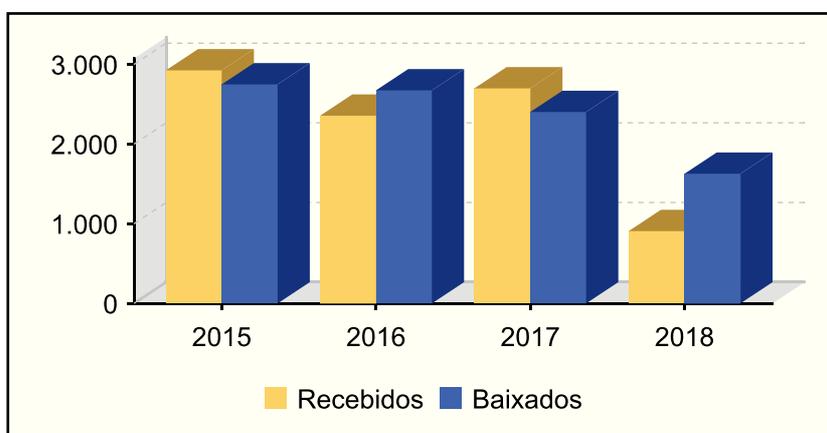


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

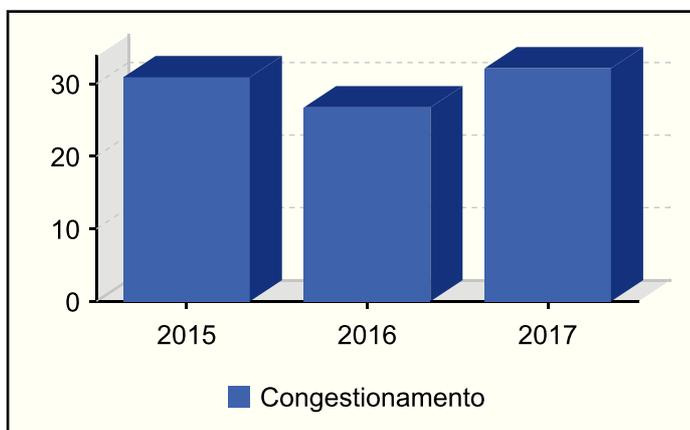
8.3 - Índice de baixas [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.926	2.750	93,98
2016	2.357	2.675	113,49
2017	2.700	2.403	89,00
2018	908	1.628	179,30



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.043	2.926	2.742	30,91
2016	1.567	2.357	2.874	26,76
2017	1.043	2.700	2.540	32,14





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	825	68,8	36,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	902	75,2	39,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.727	143,9	76,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	247	20,6	10,9
Incidentes Processuais Resolvidos	512	42,7	22,6
Dias-Juiz	681	56,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.874	83,1	48,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	45.155	91,8	53,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	86.029	174,9	102,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.199	28,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	34.464	70,0	41,0
Dias-Juiz	25.234	51,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.845	69,6	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	159.993	87,1	56,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	287.838	156,8	101,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	42.971	23,4	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	104.766	57,1	36,8
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

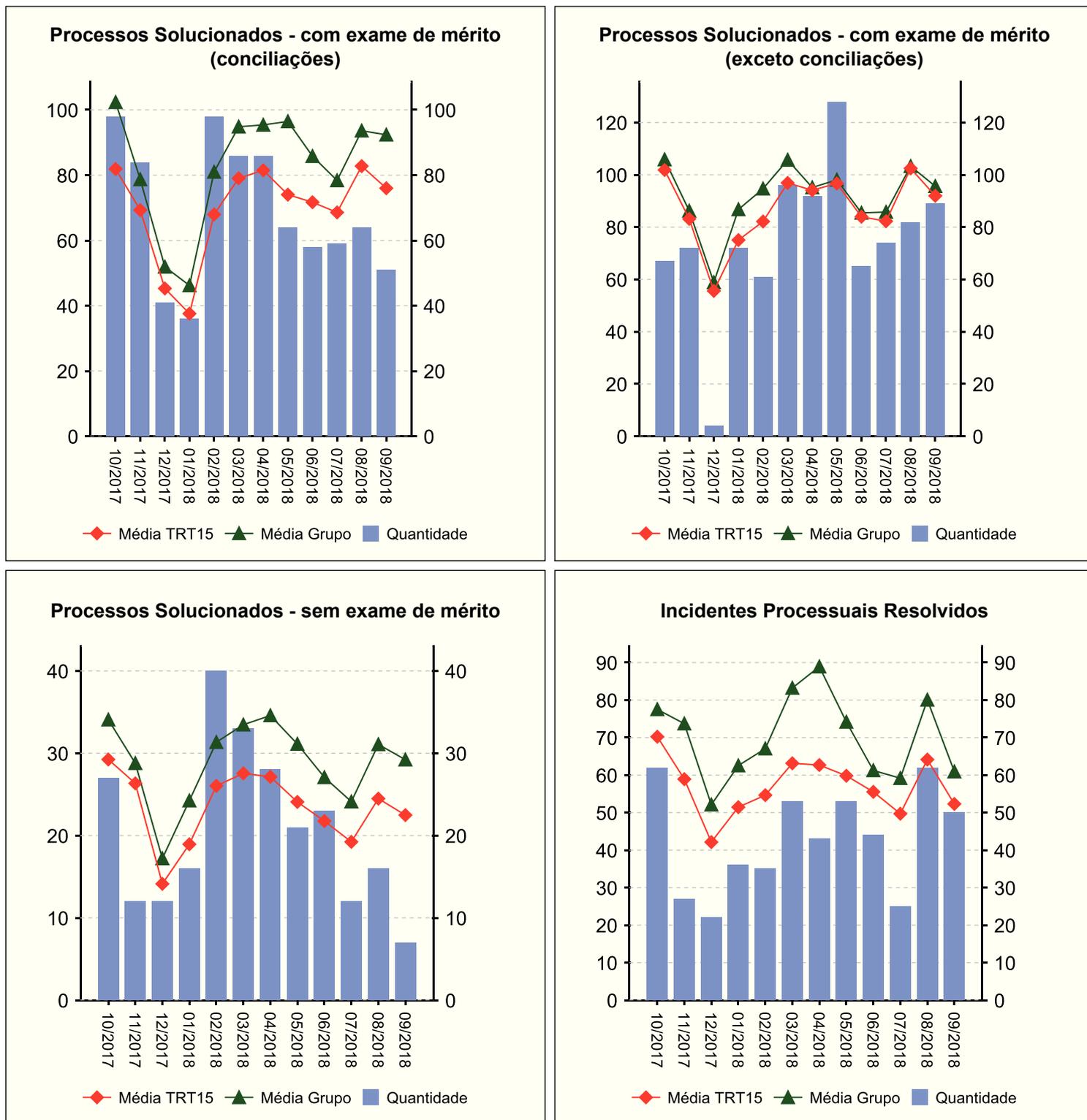
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	771	64,3	34,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	945	78,8	41,6
Sessões de audiência realizadas - una	582	48,5	25,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	343	28,6	15,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	63	5,3	2,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.527	127,3	67,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	406	33,8	17,9
Dias-Juiz	681	56,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	25.234	51,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

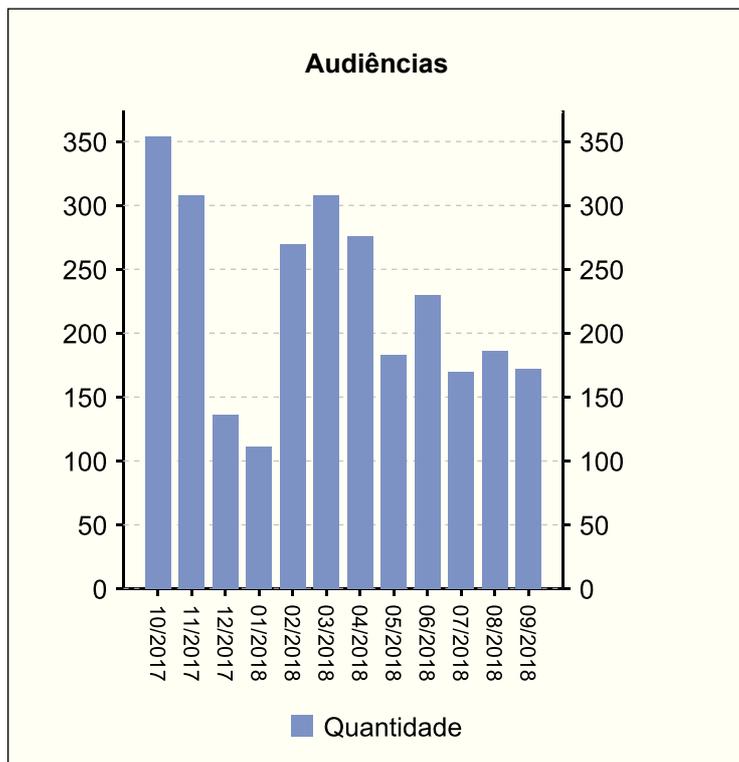


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

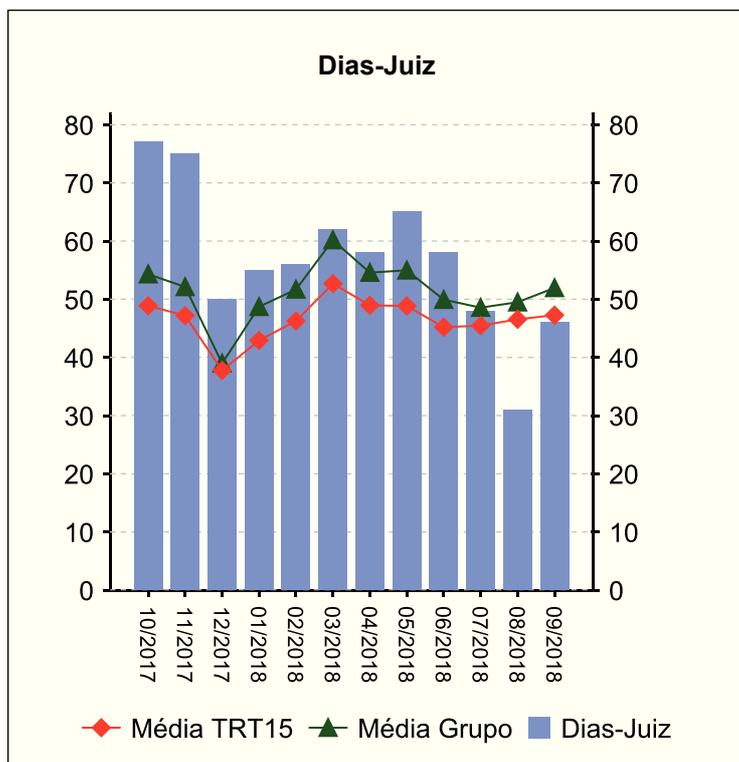
[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2017	11	2	157	115	69	354
11/2017	10	2	120	132	44	308
12/2017	6	1	83	21	25	136
01/2018	0	2	52	40	17	111
02/2018	4	5	118	91	52	270
03/2018	61	7	66	102	72	308
04/2018	26	7	47	94	102	276
05/2018	43	10	19	65	46	183
06/2018	50	8	38	98	36	230
07/2018	51	7	12	62	38	170
08/2018	52	3	25	67	39	186
09/2018	29	9	34	58	42	172
Total	343	63	771	945	582	2704



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2017	77
11/2017	75
12/2017	50
01/2018	55
02/2018	56
03/2018	62
04/2018	58
05/2018	65
06/2018	58
07/2018	48
08/2018	31
09/2018	46
Média Mensal	56,8



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.176	98,0	47,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	960	80,0	39,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.136	178,0	86,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	466	38,8	18,9
Incidentes Processuais Resolvidos	452	37,7	18,4
Dias-Juiz	738	61,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.380	84,1	47,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	44.461	90,4	51,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.841	174,5	98,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	16.611	33,8	19,0
Incidentes Processuais Resolvidos	33.843	68,8	38,8
Dias-Juiz	26.164	53,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.633	70,6	45,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	151.779	82,7	52,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	281.412	153,3	98,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.707	27,1	17,3
Incidentes Processuais Resolvidos	109.353	59,6	38,1
Dias-Juiz	86.165	46,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

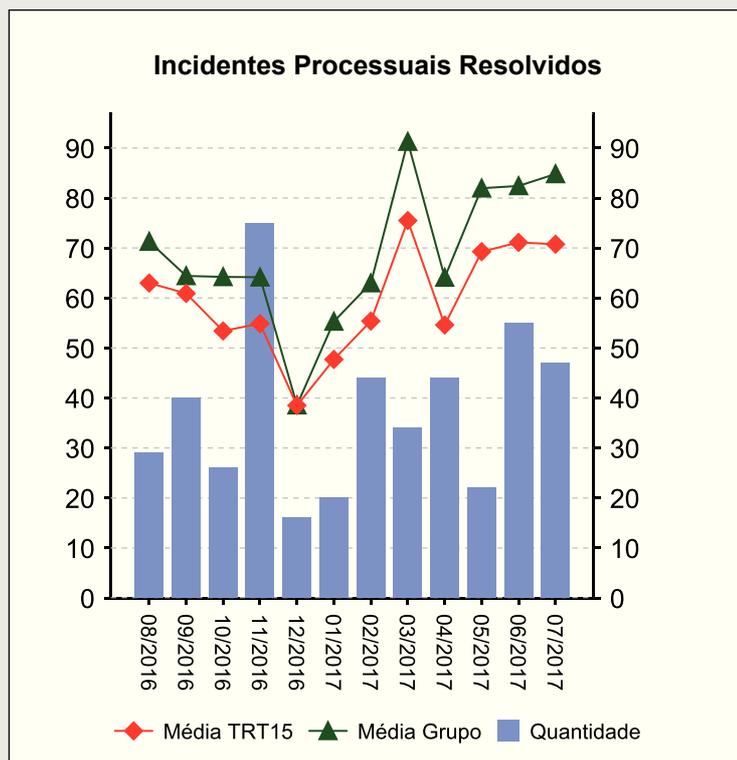
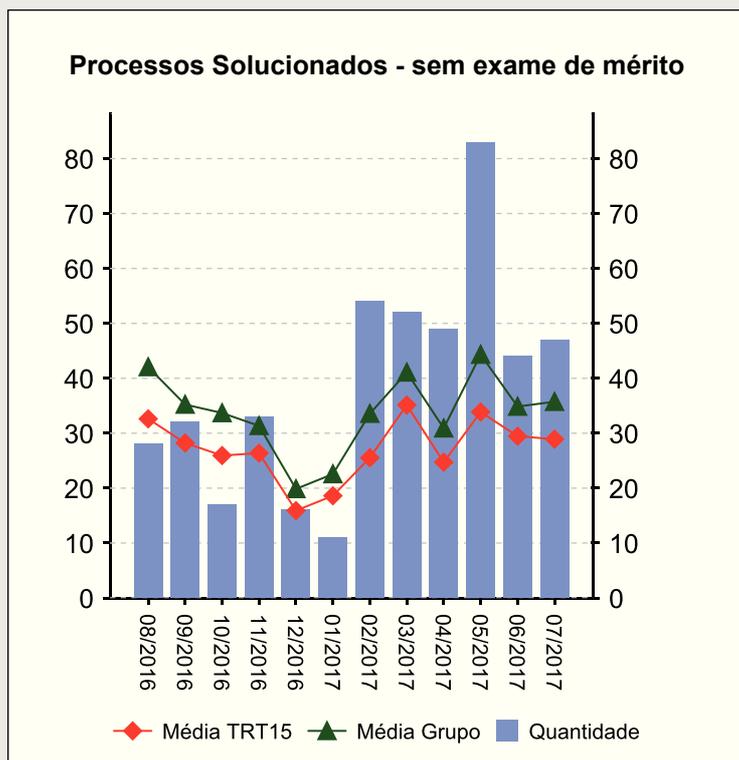
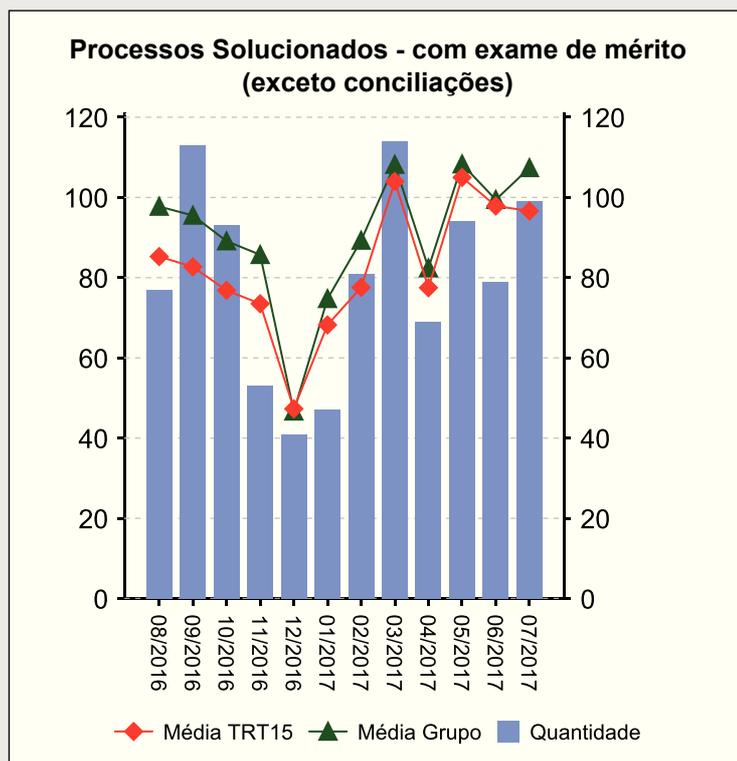
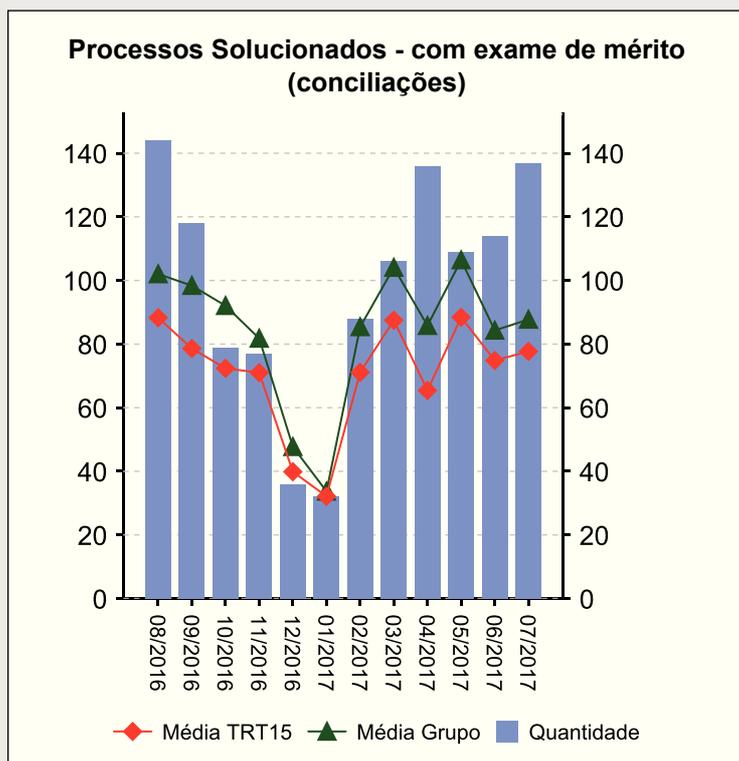


PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.601	133,4	65,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.073	89,4	43,6
Sessões de audiência realizadas - una	762	63,5	31,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	141	11,8	5,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	75	6,3	3,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.835	152,9	74,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	216	18,0	8,8
Dias-Juiz	738	61,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.164	53,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.165	46,9	---



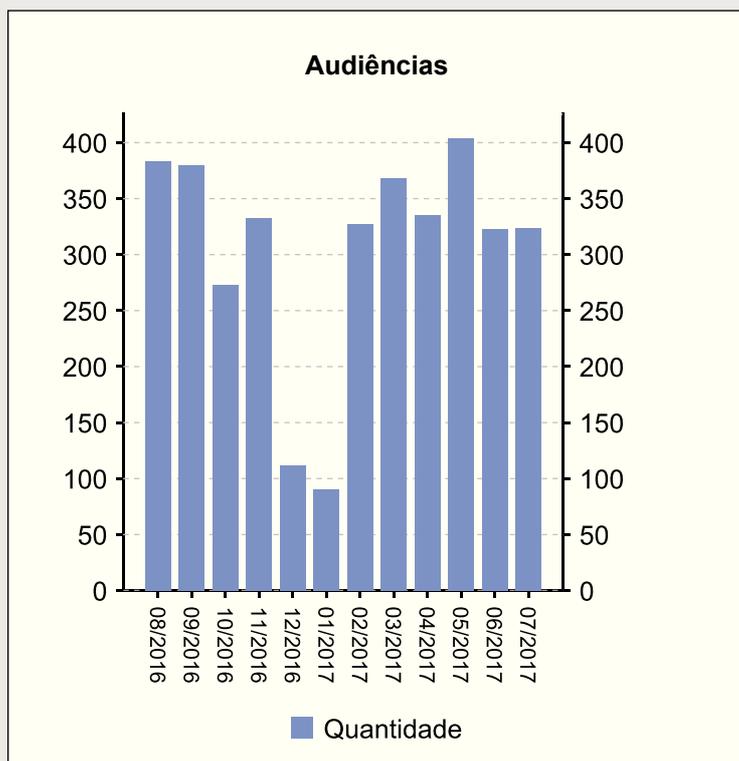
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

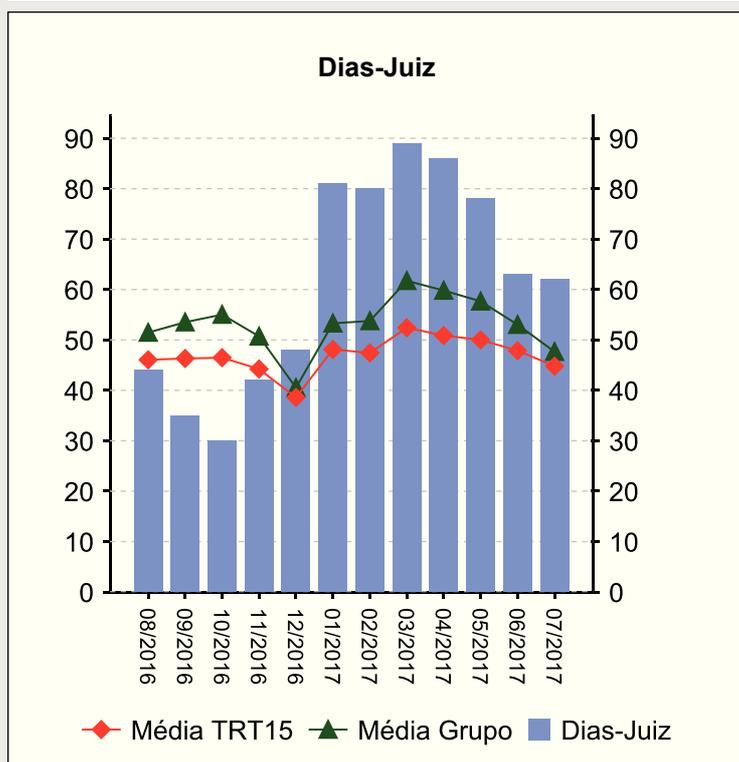
[08/2016 a 07/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
08/2016	40	7	150	103	83	383
09/2016	18	18	146	121	77	380
10/2016	11	9	99	82	72	273
11/2016	4	10	133	100	86	333
12/2016	8	9	36	42	17	112
01/2017	1	1	32	34	22	90
02/2017	6	1	135	111	74	327
03/2017	9	6	185	116	52	368
04/2017	11	1	166	80	77	335
05/2017	14	5	177	115	93	404
06/2017	11	2	156	98	56	323
07/2017	8	6	186	71	53	324
Total	141	75	1601	1073	762	3652



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
08/2016	44
09/2016	35
10/2016	30
11/2016	42
12/2016	48
01/2017	81
02/2017	80
03/2017	89
04/2017	86
05/2017	78
06/2017	63
07/2017	62
Média Mensal	61,5



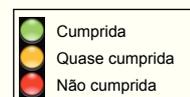
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

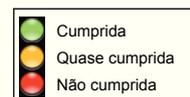
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2700	2540	2430	0	225	212	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

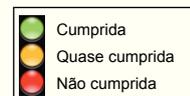
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2926	2633	2955	0	212	62	29 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
272	310	245	0	23	26	100 %





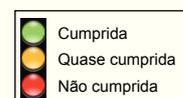
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

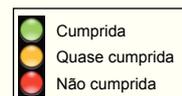
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
0	1	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
216	165	207	100 %





12 - ARRECAÇÃO [09/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 197.915,35	R\$ 380.806,75	R\$ 55.355,75	R\$ 3.300.230,84



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2015	1
2016	5
2017	87
2018	398



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2.134	8	1	9	2
1.324*	5	0	5	0

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

* dados referente ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Orlândia em Morro Agudo

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria. Além disso, a quantidade de servidores lotados atualmente no Posto Avançado (5 servidores, sendo 1 Assistente-chefe) também está dentro dos parâmetros estabelecidos naquele normativo.

Registra-se, que no item 3.1 desta Ata não constam os dados de lotação dos servidores que atuam no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Orlândia em Morro Agudo, já que o sistema automatizado não trouxe tais dados. Deverá ser considerado, para todos os efeitos, a lotação de Diego Cruz Pereira, servidor do quadro (FC-05 assistente-chefe de posto avançado); Paulo Sérgio de Lima, servidor do quadro (FC-02 assistente); Alessandro Otávio Palhares, servidor do quadro (FC-03 assistente de apoio administrativo), Andreza Aparecida Silva Pugim e Giane Aparecida Pereira Silva, ambas requisitadas (FC-01 executantes).

Além disso, foi informado pela gestora que também atuam na Unidade os assistentes de Juiz:

Rodrigo Rodrigues Politi – Assistente do Juiz Titular Rodrigo Penha Machado

Pollyanna Vieira de Rezende Braga – Assistente da Juíza Substituta Auxiliar Fixa
Maria Teresa de Oliveira Santos



15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 17/10/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	16/9/2018	Data de corte:	16/9/2018
Saldo:	142	Saldo:	24
Data do mais antigo:	15/6/2018	Data do mais antigo:	1º/8/2018
		Total:	166

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novogestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 06/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Orlândia obteve melhora nos índices Acervo (de 0,18 para 0,16) e Força de Trabalho (de 0,43 para 0,37)], não obstante tenha elevado ligeiramente sua criticidade nos indicadores Celeridade (de 0,22 para 0,23) e Taxa de Congestionamento (de 0,42 para 0,43) e mantido o índice Produtividade (em 0,48).

Da análise dos dados do relatório, verificou-se que, no cenário geral, a Unidade teve evolução no resultado final (de 0,34 para 0,33) e passou da 22ª para 17ª posição dentro do



Regional.

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Por esses motivos, não se registra no momento a necessidade de elaboração de plano de ação.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 17/10/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJe):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Daniela Bolognese Bombig Barbosa	80	15/06/2018
TOTAL:	80	15/06/2018

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010279-26.2018.5.15.0146, 0012042-96.2017.5.15.0146 e 0011394-19.2017.5.15.0146;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0012428-97.2015.5.15.0146, 0013003-08.2015.5.15.0146 e 0011809-36.2016.5.15.0146;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a



execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 16/10/2018, verificou-se a existência de 418 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011687-57.2015.5.15.0146, 0012101-55.2015.5.15.0146 e 0010245-22.2016.5.15.0146);

16.5 – designa audiências em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 63 no período de 10/2017 a 09/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 56,8 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (51,3) e inferior à média mensal apurada no último período correicionado (61,5).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 36,3 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 48,6) e ao último período correicionado (RARIA 47,8).

Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 39,7, bastante inferior à média do grupo, de 53,7 (RARIA) e muito próximo ao último período correicionado (RARIA de 39,0), resultando em média total de



solucionados com exame de mérito, de 76,1 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 102,3 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 86,8 apurado no último período correccionado.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 17/10/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	31/10/2018 05/11/2018 PA Morro Agudo	6 PA Morro Agudo	15 20
INICIAIS/ Sum:	31/10/2018 05/11/2018 PA Morro Agudo		15 20
UNAS/ Ord:	14/11/2018 19/11/2018 PA Morro Agudo	11 2 PA Morro Agudo	29 34
UNAS/Sum:	14/11/2018 19/11/2018 PA Morro Agudo		29 34
INSTRUÇÕES/Ord:	14/11/2018 04/12/2018 PA Morro Agudo		29 49
INSTRUÇÕES/Sum:	14/11/2018 04/12/2018 PA Morro Agudo		29 49
CONCILIAÇÃO:	31/10/2018		15
MEDIAÇÃO:	31/10/2018	4	15

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						



terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	2		2		3	7
	tarde	2		2			4
quinta	manhã	2		2		3	7
	tarde	2		1	5		8
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã		4	4			8
	tarde		4	3	2		9
terça	manhã		6	2	1		9
	tarde		4	4	2		10
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são incluídos processos da fase de conhecimento e com pedido de perícia médica ou técnica. Nesses casos são incluídos na pauta como Conciliação ou Mediação para incentivo de solução consensual de litígios. Noticiou, também, que o Juiz se faz presente na Unidade durante a realização das sessões, mas não há servidores capacitados pela Escola Judicial ou outros órgãos como mediadores.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem



como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 67,3 audiências unas e de instrução menor que o resultado verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 155 dias, menos que metade do prazo do seu grupo (368 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 108 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 172 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 236, quantidade bastante menor que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde o último período correicionado.

Por esses resultados, a Exma. Desembargadora Vice-corregedora Regional registra elogios pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

No entanto, pela manutenção dos resultados já obtidos e melhora, sugere-se implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

Frisa-se a importância do Juízo em manter a prática de inclusão na pauta de audiências de instrução, dos feitos que dependam de prova pericial, no momento da designação da perícia, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro



de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

Ressalta-se a necessidade de priorização dos processos em rito sumaríssimo na pauta, objetivando o cumprimento do prazo legal para solução dos processos nesse rito.

Sugere-se, ainda, a designação de audiência de mediação após a entrega do laudo pericial, já com eventuais impugnações e esclarecimentos, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

19 – CONSTATAÇÕES:

A Unidade conta com atuação de quatro estagiários da área de Direito, contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, sendo três na Vara de Orlândia e Fábio Pereira no Posto Avançado de Morro Agudo e que não constou do quadro 3.3. desta ata. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou com Instituições de Ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários da área de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Atualmente a Unidade trabalha com 7% de seu acervo de processos físicos, atuando praticamente em uma única plataforma (PJe).

No que diz respeito aos processos da Meta 2 do CNJ, atualmente, encontram-se pendentes de solução 1 processo de 2015 e 3 de 2016, que entrarão na meta até dezembro próximo. Desses, o processo 0012000-35.2015 aguarda devolução de carta precatória distribuída para a 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto em 30/6/2017 e audiência para oitiva de testemunha designada para 3/12/2018; o processo 0011524-43.2016 encontra-se sobrestado, aguardando decisão de recurso em outro processo; o processo 0012433-85.2016 aguarda cumprimento de carta precatória, e o processo 012435-55.2016, com audiência de instrução designada para novembro próximo

Por outro lado, a Unidade ao receber carta precatória tem designado audiência para oitiva de testemunha, em média, em 30 dias da data da distribuição.

Foram orientados para a solução no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que depende da devolução de cartas precatórias inquiritórias foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade, principalmente



quando se tratar de processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvida que seja informada a Corregedoria para as providências, mesmo se tratando do Juízo deprecado de Unidade de outro Tribunal.

Salientou-se a existência de inconsistências no que diz respeito aos lançamentos da liquidação, trazendo prejuízos para o prazo médio desta fase na Unidade.

Foram verificadas inconsistências no lançamento dos valores decorrentes de acordos, pagamentos espontâneos e execução. Esclareceram que por problemas no sistema do PJe não puderam lançar os valores de acordo, durante parte do ano de 2017.

Demonstrou-se ainda a existência de inconsistências também nos valores arrecadados com custas, que devem ser lançados no momento do recolhimento, salientando-se a importância dos lançamentos. Verificou-se, ainda, inconsistências no lançamento dos resultados nos incidentes processuais e recursos. Observou-se que parte dos recursos e incidentes necessita de tramitação pela Secretaria, e outros decorrem de inconsistências, havendo, inclusive, peças que foram cadastradas em duplicidade pelos advogados, não observados pela Secretaria, que lança resultado em uma das peças ficando a outra constando como pendente. Além disso, tutelas antecipadas e exceção de incompetência são decididas, via de regra, por despacho (decisão) ou em audiência e não são lançados os resultados. Orientou-se para maior atenção nos lançamentos e regularização das inconsistências.

Constatou-se o ajuizamento de 7 ações do tipo Homologação de Transação Extrajudicial, desde a reforma da CLT, que, tanto na Vara do Trabalho de Orlândia como no Posto Avançado de Morro Agudo, são colocados em pauta de audiência para ratificação pessoal do reclamante perante os Magistrados, análise e eventual homologação se preenchidos os requisitos legais.

Foi verificada, também após a reforma da CLT, no Posto Avançado de Morro Agudo, a distribuição de apenas uma ação de Produção Antecipada de Provas, sendo certo se tratar esse tipo de ação de uma tendência nas Unidades da 15ª Região, para apresentação de documentos.

Destacou-se que a Unidade alterou sua posição do 34º lugar no IGEST no período de abril/2017 a março/2018 para o 16º lugar de julho/2017 a junho/2018.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora elogiou toda a equipe pelos bons resultados apresentados e salientou, apesar disso, a importância de investirem sempre na melhoria dos índices, auxiliando o resultado global deste Tribunal. Ressaltou, ainda, a necessidade do acompanhamento dos processos pelos relatórios do e-Gestão, como forma de controle de resultados e regularização de eventuais inconsistências pelos responsáveis



pelo lançamento.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora sugeriu a adoção de medidas para diminuição do prazo médio, como o incentivo à mediação, como a prática da mediação/Ini, principalmente nos processos de rito sumaríssimo e para os processos que dependem da realização de perícia, incluindo esses processos em pauta antes e depois da entrega do laudo pericial.

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial e com o coordenador do Posto Avançado de Morro Agudo.

19.1 – Reunião com o Trio Gerencial e com o Coordenador do Posto Avançado de Morro Agudo.

Verificou-se que a Unidade não tem observado o horário para a remessa de processos para o Segundo Grau, para análise e julgamento de recursos. Orientou-se para que a remessa observe as determinações da Portaria GP-VPJ-CR nº 7/2012 que estabelece que a remessa de recursos para a segunda Instância seja feita diariamente, caso necessária, no período das 9 às 18 horas.

Observou-se que processo 0010686-82.2018 encontra-se na tarefa “Cumprimento de providência – Oficial de Justiça”, desde 31/7/2018, mas com mandado já devolvido nos autos. Determinou-se o acompanhamento regular da tarefa, tramitando os processos com mandados devolvidos e a regularização dessas pendências.

Verificou-se a existência de processos com lançamento de início da liquidação, mas com a existência de recurso, assim como a existência de processos já em Instância Superior. Orientou-se para maior atenção no lançamento do início da liquidação, somente após o trânsito em julgado, a fim de não alongar indevidamente o prazo médio da liquidação.

Constatou-se, ainda a existência de processos com liquidação encerrada, porém com a liquidação ainda pendente no e-Gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, a homologação de acordo ou a redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Sistema AUD, para informação de acordo, devendo ser registrado “acordo pós-sentença”.

Verificou-se a existência de processos na tarefa “Aguardando término dos prazos”, com prazo vencido. Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”,



a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”). Ressaltou-se que a partir da versão 1.16 do PJe exige-se a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

No que diz respeito às tarefas “Controle de perícia” e “Aguardando laudo” pericial, com datas antigas de chegada nas tarefas, informaram que os processos estão tramitando regularmente, tendo em vista os prazos sucessivos concedidos.

Para início da liquidação, com o trânsito em julgado, o Juízo determina a intimação da reclamada para apresentar cálculos, no prazo de 15 dias e o reclamante para, querendo, apresentar impugnação no prazo sucessivo de 15 dias. Decorridos esses prazos, os autos seguem conclusos para apreciação das contas e homologação. Havendo divergência entre as partes, é nomeado perito para apresentação da conta de liquidação, com datas prefixadas para apresentação do laudo, manifestação das partes e esclarecimentos.

Sugeriu-se que a reclamada seja intimada a depositar os valores que entender devidos no mesmo prazo da apresentação dos cálculos e designar audiência de mediação, respeitados os prazos para apresentação de cálculos e impugnação. Inconciliadas as partes, os cálculos poderão ser homologados na audiência.

Embora sejam realizadas audiência de mediação na fase de conhecimento, o servidor Reinaldo Realino Júnior atua como mediador, embora não tenha conseguido se inscrever em curso da Escola Judicial deste Tribunal. Insistiu-se na colocação de maior número de audiências de mediação nas fases de liquidação e execução.

Informaram que o Coordenador do Posto Avançado de Morro Agudo, o servidor Diego Cruz Pereira, também auxilia nos trabalhos da Secretaria da Vara, atuando na equipe de execução. Porém não possui perfil para acessar o EXE15, sendo solicitada a liberação. Deverá a Corregedoria estudar a viabilidade e liberação de acesso, se for o caso.

Esclareceram que os atrasos no cumprimento de diligências pela Oficial de Justiça se dá, principalmente, por estar a Oficiala de Justiça trabalhando sozinha na Unidade. Além disso, informou a Diretora de Secretaria, que recebem grande número de cartas precatórias com maior grau de dificuldade.

Esclareceram que deram início à pesquisa avançada por meio da ferramenta SIMBA e que, com relação à ferramenta INFOSEG, estão enfrentando problemas com o cadastramento. Orientou-se solicitarem informações diretamente com o setor responsável pelo convênio na Corregedoria.

Informaram que adotam prática da notificação por e-mail às reclamadas que consentiram com o procedimento, entre elas, Seara Alimentos S.A, Município de Nuporanga e Morlan S.A. No Posto Avançado de Morro Agudo, as usinas Bioserve - Bioenergia, Guarani



e Bela Vista recebem notificações no balcão da Secretaria. Insistiu-se na notificação por e-mail.

A Unidade passou a adotar recentemente a prática da alienação por iniciativa particular prevista no art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Quanto à parametrização da execução local, o Exmo Juiz Titular, ao assumir a Unidade, concordou com todos os seus termos. No entanto, estuda atualização dessa ordem de serviço. Sugeriu-se o estabelecimento de prazos diferenciados para cumprimento da diligência, conforme a complexidade, inclusive elasticsendo o prazo enquanto perdurar a falta de outro Oficial de Justiça na Unidade.

Informaram que os processos mantidos em arquivo provisório são processos de execução previdenciária frustrada. A questão já foi apreciada pela Corregedoria, e objeto de edição do Comunicado GP CR nº 6/2014, para o qual remete-se a atenção.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e



Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.3 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.4 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.5 – analisar todos os mandados pendentes de cumprimento, destacando eventuais atrasos injustificáveis e enviar plano de ação para eliminação desse acervo, em 30 (trinta) dias, mediante Pedido Complementar no PROAD – PP nº 3161/2016, conforme a flexibilização de prazos prevista no Provimento GP CR 05/2015 e os prazos fixados na parametrização de execução local.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 15/10/2018 e 16/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0012133-89.2017.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando final do sobrestamento - 2018/06 - Junho" pendente desde 5/2/2018. Em 1º/2/2018 foi entabulado acordo para pagamento em 5 parcelas, a última para 21/6/2018. Não há notícia de inadimplemento. O acordo foi celebrado com a primeira reclamada, ficando o processo suspenso em face da segunda	Homologar o acordo no sistema. Analisar e verificar a possibilidade de arquivamento se não restarem pendências.



		reclamada. Acordo não homologado no sistema. Há outros processos em situação semelhante.	
2	0010815-37.2018.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Análise do Conhecimento" pendente desde 25/9/2018 para análise e cumprimento da decisão de 24/8/2018.	Analisar e tramitar o feito, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
3	0010369-34.2018.5.15.0146	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Cumprimento de providências" pendente desde 24/8/2018. Acordo homologado, com vencimento da última parcela em 20/2/2020. Há outros processos em situação semelhante, além de mais de 30 processos na raiz da tarefa. Verifica-se situação semelhante na mesma tarefa da fase de execução.	Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
4	0010686-32.2018.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - Oficial de Justiça" pendente desde 31/7/2018 para cumprimento de mandado de citação em carta precatória. Verifica-se que o mandado foi devolvido em 14/9/2018 com resultado positivo. Há outros processos pendentes na tarefa.	Analisar e dar andamento ao feito, bem como aos demais que se encontrem em situação semelhante.
5	0011640-15.2017.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Minutar despacho" pendente desde 20/8/2018. Há outros 11 processos pendentes na mesma tarefa. Há processos paralisados também na tarefa "Minutar Despacho - Conversão em diligência".	Dar prosseguimento ao feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
6	0011304-11.2017.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Minutar expediente da secretaria" pendente desde 26/9/2018. Na ata de audiência de 26/4/2018 há determinação para expedição de ofício ao CENIPA - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Comando da Aeronáutica.	Dar prosseguimento ao feito, confeccionando o expediente necessário. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
7	0010101-77.2018.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Remeter ao 2o Grau" pendente desde 21/9/2018.	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012.
8	0011875-16.2016.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando esclarecimentos periciais" pendente desde 22/8/2018. Verifica-se que os	Analisar e tramitar o feito, assim como os que se encontrem em situação semelhante.



		esclarecimentos já foram anexados. Verifica-se situação semelhante na tarefa "Controle de pericia". Há outros processos em igual situação.	
9	0010781-33.2016.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Operações de pericia" pendente desde 10/9/2018, quando a perita foi intimada para retificar seu lado em 10 dias a contar de 26/7/2018.	Analisar para prosseguimento do feito e fazer contato com os peritos que atuam na Unidade para observância dos prazos.
10	0010001-84.2016.5.15.0052	Processo eletrônico na tarefa "Registrar pagamentos ou despesas processuais" pendente desde 19/9/2018. Há outros processos em igual situação. Verificou-se situação semelhante na tarefa "Registrar parcelas - Acordo".	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
11	0343400-26.2005.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando final do sobrestamento - 2018/07 - Julho" pendente desde 29/7/2016, ocasião em que foi suspenso o processo por execução frustrada. Há outros processos pendentes há mais de 1 ano na tarefa.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontrarem em situação semelhante.
12	0012014-65.2016.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Análise de Execução" pendente desde 15/6/2018. Em audiência realizada em 14/6/2018 não houve conciliação e determinou-se o prosseguimento da execução. O processo está paralisado na tarefa desde então. Há mais de 80 processos pendentes de análise e andamento nessa tarefa.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontrarem em situação semelhante. Intensificar a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias.
13	0043300-12.2008.5.15.0156	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Cumprimento de providências" pendente desde 14/5/2018. Verifica-se que a última tramitação ocorreu em 3/8/2018, dando conta da pendência de julgamento o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista interposto pelo autor. Há 55 processos na raiz da tarefa.	Analisar, diligenciar e dar prosseguimento ao feito, se o caso. Providenciar o imediato envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
14	0012687-24.2017.5.15.0146	Processo eletrônico na tarefa "Registrar bloqueio bacen" pendente desde 19/9/2018. A executada foi intimada para pagar ou garantir a execução, no prazo de 48 horas, vencido em 17/9/2018. Não houve andamento posterior. Há outros processos em situação análoga.	Intensificar a gestão dos feitos na tarefa, priorizando-se os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução.
15	0000445-72.2013.5.15.0146	Processo físico na ocorrência "BDT - registro no BNDT" desde 14/08/2018. Há outros processos na mesma ocorrência.	Regularizar o andamento processual, devendo, ainda, atentar-se para as disposições do Ofício Circular nº 01/2016-CR. A



			existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
16	0001233-56.2013.5.15.0156	Processo físico na ocorrência "DES - despacho" desde 1/8/2018. Há outros processos na mesma ocorrência.	Dar cumprimento ao despacho. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
17	0142200-31.2006.5.15.0146	Processo físico na ocorrência "LNS - lançamento de solução" desde 21/9/2018.	Dar andamento ao feito. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
18	0002684-24.2010.5.15.0156	Processo físico nas variáveis 144 e 150 do e-Gestão (Impugnações à Sentença de Liquidação pendentes e Embargos à Execução pendentes). Em 5/9/2018 foi registrada a ocorrência "DES - despacho" que determinou a migração dos processos para o sistema do Processo Judicial Eletrônico, mas pendentes de julgamento no sistema SAP.	Analisar e dar prosseguimento. Sanear inconsistências.
20	0198800-72.2006.5.15.0146	Processo físico na variável 353 do e-Gestão (Processos pendentes de finalização - fase de execução). Em 21/08/2018 foi registrada a ocorrência "PZO -Prazo - recda: pagamento ou garantia da execução"., vencido em 31/8/2018.	Analisar e dar prosseguimento. Sanear inconsistências.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora visitou o Posto Avançado de Morro Agudo, tendo sido verificada a existência de várias caixas de processos para serem encaminhadas ao Arquivo Geral do TRT, comprometendo a melhor utilização do espaço de trabalho, com pedido de retirada já realizado, mas ainda não atendido.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Rodrigo Penha Machado está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 6333/2017).

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Maria Teresa de Oliveira Santos reside na sede da circunscrição.

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre os resultados da Unidade, incentivo à mediação e necessidade de cadastramento no SIMBA.

24.4 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, com a ciência do Exmo. Juiz Titular, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 3161/2016.

25 – OFÍCIOS

25.1 - Expeça-se ofício à Seção de Gestão de Arquivo Permanente – Centro de Memória, Arquivo e Cultura deste tribunal a fim de que tome as providências cabíveis a fim de agilizar o atendimento ao pedido de retirada dos processos de arquivo morto do Posto Avançado de Morro Agudo.

25.2 – Expeça-se ofício à Escola Judicial deste Tribunal, solicitando, na possibilidade a inclusão do servidor Reinaldo Realino Júnior no próximo curso de capacitação de mediadores, tendo em vista a necessidade da Unidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



26 – ENCERRAMENTO:

No dia 25 de outubro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.